



Número: **0803386-55.2019.8.15.2003**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Mista de Santa Rita**

Última distribuição : **26/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MAURI JOAQUIM DA SILVA (AUTOR)		FLAVIANA DA SILVA CÂMARA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
20761926	24/04/2019 13:36	Petição Inicial	Petição Inicial
20762122	24/04/2019 13:36	EXORDIAL	Documento de Comprovação
20762146	24/04/2019 13:36	rg de mauri	Documento de Comprovação
20762141	24/04/2019 13:36	comp de mauri	Documento de Comprovação
20762130	24/04/2019 13:36	Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo	Documento de Comprovação
20762136	24/04/2019 13:36	DOC A compressed	Documento de Comprovação
20796620	25/04/2019 15:45	Decisão	Decisão
29569144	31/03/2020 22:19	Despacho	Despacho
32841590	31/07/2020 16:35	Carta	Carta

EM ANEXO



**EXMO(A) . SR(A) . DR(A) . JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL
DA COMARCA DE MANGABEIRA/PB.**

MAURO JOAQUIM DA SILVA, brasileiro, viúvo, autônomo, RG N° 2568885, CPF n° 416.719.294-20, residente e domiciliada na Rua Comerciante Alfredo Ferreira da Rocha, n° 2795, Bairro de Mangabeira, Cidade de João Pessoa- PB, vem por sua advogada que esta subscreve, devidamente constituída conforme instrumento de procuração inclusa, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, para propor a presente: **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO - DPVAT** em face sob o rito processual da Lei n°. 9.099/95, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, C.N.P.J n° 09.248.608/0001-04** , companhia de seguros participante do Consorcio de Seguradoras que operam o seguro de danos pessoais causados por veículo de via terrestre, localizada na Rua Senador Dantas, n° 74 - 5° Andar, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP:20031205, pelos motivos de fato e de direito a seguir aduzidos:

DA JUSTIÇA GRATUITA



Inicialmente, requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita de acordo com a Lei 1.060/50 e suas posteriores alterações, pois A AUTORA não possui condições de arcar com as custas processuais e demais despesas inerentes ao presente processo, bem como os honorários de advogado, dentre outros, uma vez que se assim o fizesse comprometeria sua renda.

DOS FATOS

A promovente foi vítima de acidente de trânsito, sofrendo lesões de natureza grave, vindo a cair ao solo, conforme registro do Boletim de Ocorrência da Polícia Civil, que segue em anexo;

Por ocasião do acidente, a autora sofreu várias lesões que a deixaram com DEBILIDADE PERMANENTE DO MEMBRO SUPERIOR, FRATURA DA CLAVICULA DIREITA, ocorrida no acidente, conforme consta Boletim de Ocorrência Policial, Certidão do Hospital e Laudo do IML anexo, o que a torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT).

Nos meses subsequentes ao acidente iniciou-se o enorme sofrimento da parte autora, sempre com a esperança de recuperar-se daquela sequela, haja vista o fato de que, para uma pessoa até então saudável, ter de permanecer com restrição na mobilidade e normalidade.



Desta forma, provida da documentação necessária, vem pleitear da empresa promovida, por ser integrante do consórcio de seguradoras que operam o seguro DPVAT, o pagamento da indenização acima referida, no valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).

II - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA:

- Da Legitimidade Passiva -

O art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no pólo passivo de demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** se constitui em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a promovida.

Neste tom, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

"APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEGITIMIDADE - SEGURADORA - Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que



melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados". (TAMG - AP 0350628-9 - Uberlândia - 1ª C. Cív. - Rel. Juiz Silas Vieira - J. 18.12.2001) (destaque nosso).

Quanto à legitimidade passiva, nenhuma dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da Fenaseg é parte legítima para pagamento do seguro obrigatório.

- Da Documentação Necessária para o Recebimento da Indenização -

Anota o art. 5º, da Lei nº 6.194/74, que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, senão vejamos:

"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (grifo nosso)

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

- Do Quantum Indenizatório -

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que a matéria já se encontra



pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de R\$13.500,00, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei n. 6.194/74, *in verbis*:

"Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11 da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização é de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) para invalidez suportada em razão de acidente automobilístico.

- Do Interesse Processual-

O requerimento do Seguro Obrigatório DPVAT na seara administrativa não é condição obrigatória para se pleitear



o aludido seguro na órbita judicial, encontrando-se a matéria expressamente prevista no texto constitucional.

O Supremo Tribunal Federal já tem entendimento pacificado quanto à desnecessidade do prévio requerimento administrativo. Entre tantos julgados neste sentido, é válido trazermos a baila o Recurso Extraordinário de número 172.084/MG, de relatoria do Ministro Marco Aurélio, que assim decidiu: **"A garantia constitucional alusiva ao acesso ao Judiciário engloba a entrega da prestação jurisdicional de forma completa, emitindo o Estado-juiz entendimento explícito sobre as matérias de defesa veiculada pelas partes. Nisto está a essência da norma inserta no inciso XXXV do art. 5 da Carta ."**

Ora, se a Constituição Federal, corroborada com o julgado do STF, inadmitiu a necessidade de prévio ingresso administrativo para apreciação posterior pelo judiciário, também não poderá fazê-lo o *judicium causae*, sob pena de grave ferimento ao texto Magno.

Certo é que a instância administrativa não encontra guarida no nosso ordenamento jurídico para gerar coisa julgada absoluta preterindo o processo judicial na resolução de conflitos. Menos ainda quando se trata de uma instância administrativa privada, como o são os processos das seguradoras que militam no ramo do seguro obrigatório.

Ora, a instância administrativa privada, como é o caso dos autos, é tão descabida quanto perguntar ao devedor quanto ele quer pagar.



Desta feita, o condicionamento do controle judicial a prévio procedimento administrativa afigura-se absolutamente inconstitucional, conforme as linhas expressas da Carta Magna.

III- DOS REQUERIMENTOS FINAIS:

Diante do exposto, requer-se de Vossa Excelência:

- a) A **CITAÇÃO** da empresa demandada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia e confissão;
- b) Ao final, **JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE** a demanda em epígrafe, condenando a seguradora promovida a pagar ao promovente o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais), provenientes da debilidade permanente suportada em virtude do acidente automobilístico;
- c) A concessão dos benefícios da **JUSTIÇA GRATUITA**, tendo em vista que o autor é pobre nos termos da Lei nº 1.060/50, não possuindo condições de arcar com as custas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família.
- d) A oportunidade de provar o alegado por todos os meios em direito admitidos, principalmente a prova documental, que segue acostada;
- e) A condenação do requerido no pagamento dos honorários advocatícios na base de 20% do valor da condenação, em caso de eventual recurso.



f) Que seja designado perito judicial nos termos da resolução nº 03/2013, com o intuito da realização de avaliação médica especializada, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT ou, se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, que remeta ofício ao Instituto Médico Legal da Capital para o mesmo fim.

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

João Pessoa, 24 de Abril de 2019.

FLAVIANA DA SILVA CÂMARA

OAB/PB 14.540



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

1008910367

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1008910367

MAURI JOAQUIM DA SILVA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR IE
2568885 SSP PE

CPF 416.719.294-20 DATA NASCIMENTO 21/03/1965

FILIAÇÃO
JERSON JOAQUIM DA SILVA
MARIA JOSE VITAL

PERMISSÃO ACC CAT. HAB. AD

Nº REGISTRO 03350721345 VALIDADE 08/10/2019 1ª HABILITAÇÃO 27/07/1983

OBSERVAÇÕES
HAB COLETIVO;
EXERCE ATIV REMUNERADA;

Mauri joaquim da Silva

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL JOAO PESSOA, PB DATA EMISSÃO 13/10/2014

ASSINATURA DO EMISSOR 14206110088 PB029286670

DETRAN-PB (PARAIBA)

PROIBIDO PLASTIFICAR

1008910367





CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA,
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

6873499

REFERÊNCIA

JAN/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

MAURI JOAQUIM DA SILVA
RUA PREFEIRA JOANA GOMES DA SILVEIRA, 90 - BAIRRO
CENTRO SANTA RITA PB 58300-450

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
003.002.015.0023.000	000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto		
Y12N431116	16/11/2012	EXT LACR	LIGADO	LIGADO		
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM DE DIAS	PROXIMA LEITURA		
1892	4		30	08/02/2019		
HIST. CONS./ANOR.	LEIT.	QUALID.	ÁGUA-ANEXO 20	PORT. 05/2017 MS.		
DEZ/2018	4		PARAMETROS	EXIG. ANALIS.	CONFORMES	
NOV/2018	7		TURBIDEZ	79	79	79
OUT/2018	2		CLORO	79	79	79
SET/2018	12		COL. TERMOT	0	0	0
AGO/2018	5		COR	20	68	68
JUL/2018	21	60	COL. TOTAIS	7	79	79
MEDIA(M)	4		DADOS REFERENTES A:	NOV/2018		

DATA DA IMPRESSÃO: 09/01/2019

HORA DA IMPRESSÃO: 12:53:36

DESCRIÇÃO	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ÁGUA	4 M3	37,91
ESGOTO		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ESGOTO	4 M3	30,33
ACRESCIMOS(MESSES) ANT. 11/2018		1,36
JUROS DE MORA 11/2018		0,13

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 6,31 PIS E CONFINS. LEI 12.741/12

VENCIMENTO: 21/01/2019

Total a Pagar:

R\$ 69,73



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA

CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: MÉDIA DO HIDRÔMETRO TIPO DE TARIFA: 1
ANORMALIDADE: CASA FECHADA

INFORMAÇÕES GERAIS:

AVISO A CAGEPA, EM ATENDIMENTO A LEI ESTADUAL N 8.767 DE 15/04/2009, COMUNICA QUE REALIZARA AUDIÊNCIA PÚBLICA, COM O OBJETIVO DE DAR CONHECIMENTO E FUNDAMENTAR PROPOSTA DE REAJUSTE TARIFÁRIO. DECLARAMOS NÃO EXISTIR DÉBITOS DE FATURAS DE 2018 - LEI 12007/09



Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA - 24/04/2019 13:36:14

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042413333251400000020194881>

Número do documento: 19042413333251400000020194881



(1)



Buscar no site

A
COMPANHIASEGURO
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICASSALA DE
IMPrensaTRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190108521 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA MAURI JOAQUIM DA SILVA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO MAURI JOAQUIM DA SILVA

CPF/CNPJ: 41671929420

Posição em 24-04-2019 13:16:08

Seu pedido de indenização foi avaliado por nossa equipe técnica e identificamos pendências na documentação apresentada q indenização do Seguro DPVAT.

Descrição	Tipo	Status	Nome
→ Declaração do Proprietário do Veículo	Vitima	Pendente	

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
22/03/2019	Exigência Documental	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/qljhm0r37kir1S__CdGIWwapi_key=hCYm6iGzvmjfElJEWJOXE0mDNAdQYMIIsZJm4PxIhFI8=
13/02/2019	Exigência Documental	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/MOf4Y+V6eQGeZ1ISV7QDapi_key=hCYm6iGzvmjfElJEWJOXE0mDNAdQYMIIsZJm4PxIhFI8=
13/02/2019	Aviso de Sinistro	https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/3OcDrVj5mwMHxWPOynUskapi_key=hCYm6iGzvmjfElJEWJOXE0mDNAdQYMIIsZJm4PxIhFI8=

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT





(<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO

Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO

Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

(<https://www.seguradoralider.com.br>)

(<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx>)
l%C3%ADder-
dpvat)

Serviços

- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

Dúvidas e Respostas

- › A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- › Perguntas Frequentes (/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

Atendimento

www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?optconsultaseministro=true

2/3



24/04/2019

Seguradora Líder-DPVAT Acompanhe o Processo

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefonos-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)
- › Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Download)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](/Pages/Termos-de-Uso.aspx)





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA
DIREÇÃO TÉCNICA



LAUDO MÉDICO

INFORMAÇÕES PESSOAIS

NOME DO PACIENTE MAURI JOAQUIM DA SILVA
DADOS DE NASCIMENTO 21/03/65
NOME DA MÃE MARIA JOSÉ VITAL

DADOS EXTRAÍDOS

BOLETIM DE ENTRADA N.º 1.122.413
Nº PRONTUÁRIO
DATA DO ATENDIMENTO 14/11/18
HORA DO ATENDIMENTO 18:50
MOTIVO DO ATENDIMENTO ACIDENTE DE MOTOCICLETA
DIAGNÓSTICO (S) FRATURA DA CLAVÍCULA D
CID 10 S 42.0

AVALIAÇÃO INICIAL:

Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta, encaminhado da UPA 24h, apresentando trauma em ombro D com dor e discreto edema em terço distal da clavícula. Glasgow 15. Avaliado pela equipe médica da urgência/emergência.

EXAMES SOLICITADOS/REALIZADOS:

RX do ombro D - AP

TRATAMENTO:

Fratura da clavícula D ao RX. Realizado atendimento, imobilização e tratamento conservador aos cuidados da Ortopedia.

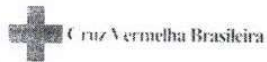
ALTA HOSPITALAR: 14/11/18
DATA DA EMISSÃO: 25/01/19

DR. EWERTON NORONHA TEIXEIRA
MÉDICO EMERGENCIAS
CRM - 2516

Dr. Ewerton Noronha Teixeira
CRM: 2516/PB

ATENÇÃO: Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO TRABALHO e CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Hospital Estadual de Emergência e Trauma
Senador Humberto Lucena



GOVERNO
DA PARAÍBA

AV. ORESTES LISBOA, sn - PEDRO GONDIM - CNES: 123312 - Tel.: 8332165700

Boletim de Atendimento: 1122413



Identificação do paciente

ID 1345719	Nome MAURI JOAQUIM DA SILVA	Sexo Masculino
Data de nascimento 21/03/1965	Idade 53 anos 7 meses 24 dias	Estado civil
Mãe MARIA JOSE VITAL	Pai JERSON JOAQUIM DA SILVA	Religião
Escolaridade	Responsável (Parentesco) O MESMO - O MESMO(A)	Prontuário
DDD Móvel 83	Fone Móvel 988928642	DDD Fixo
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 2568885	Fone Fixo
Local de procedência UPA SANTA RITA	Nº Cns 898002733371942	
Email	Naturalidade SANTA RITA	UF PB
	CBO/R	

Endereço

CEP 58300450	Município de residência SANTA RITA	UF PB
Número 90	Logradouro JOANA GOMES DA SILVEIRA	Bairro CENTRO
	Complemento	

Admissão

Data e Hora 14/11/2018 18:50:41	Número da pulseira 100006899027	Convênio SUS
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clinica	
Classificação de risco	Origem do paciente OUTRA UNIDADE DE SAUDE	
Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente QUEDA / OUTROS

Indicadores e Transporte

Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
Meio de transporte CARRO PARTICULAR	Quem transportou		

Sinais Vitais

PA X mmHg	Pulso	Temperatura
--------------	-------	-------------

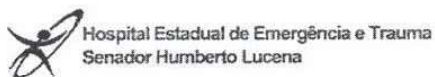
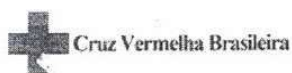
Exames complementares

Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []	ECG []	Ultrasonografia []
Dados clínicos						
Diagnóstico						
CID						
Atendido por MARNIELE JANAINA DA COSTA GAMA						
Tempo 25seg						

Imprimir

14/11/2018 18:49





CONSULTÓRIOS E ASSISTÊNCIA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, Sn, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 445365

Paciente MAURI JOAQUIM DA SILVA	BAE 1122413	Data/Hora Entrada 14/11/2018 18:50:41	Data Baixa
Data de nascimento 21/03/1965	Idade 53a 7m 24d	Sexo Masculino	CNS 898002733371942
Mãe MARIA JOSE VITAL			Telefone de Contato (83) 988928642
Endereço JOANA GOMES DA SILVEIRA, 90	Bairro CENTRO	Município SANTA RITA	UF PB
Acidente QUEDA / OUTROS	Motivo ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Profissional STEFFERSON PINHEIRO DINIZ	Nº Cons. Regional 5762/PB
Data/Hora Classificação 14/11/2018 19:04:11		Data/Hora Prescrição 14/11/2018 20:02:38	

Anamnese

QUEDA DE MOTOCICLETA COM TRAUMA EM OMBRO DIREITO.

EX.FÍSICO: -SEM DÉFICIT NEUROVASCULAR; -GLASGOW 15; -DISCRETO EDEMA EM TERÇO DISTAL DE CLAVÍCULA.

RXS DE OMBRO (ENCAMINHADO DE UPA); -FRATURA ALINHADA E SEM DESVIO DE TERÇO DISTAL DE CLAVÍCULA DIR.

HD: FRATURA FECHADA DE CLAVÍCULA.

CD: ENFAIXAMENTO EM OITO;

RETORNAR NO HTOP PARA ACOMPANHAMENTOS.

ATESTADO DE 60 DIAS.

EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE ESCAPULA / OMBRO DIREITO(TRES POSICOES)

PROCEDIMENTO

IMOBILIZAÇÃO 8

CID10

Código	Descrição
S42.0	Fratura da clavícula

Conduta

Alta médica

MAURI JOAQUIM DA SILVA

Stefferson Pinheiro Diniz
Traumatologista
CRM: 5762/PB

STEFFERSON PINHEIRO DINIZ
(CRM: 5762/PB)

Boletim registrado por: MARNIELE JANAINA DA COSTA GAMA em 14/11/2018 18:51:06

72.16.0.6:8080/cvb/pages/prescricao.do?controle=7&imprimirDadosAnteriores=N&perform=imprimir&id=440973&pesquisa=S&perform=im... 1/1



Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA - 24/04/2019 13:36:19

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042413332921800000020194877

Número do documento: 19042413332921800000020194877

TRANSFERÊNCIA HOSPITALAR

NOME: Mauri Joaquim da Silva IDADE: 53 a
DESTINO: Incumbência DATA E HORA DA ADMISSÃO: _____ ÀS _____ H
CONTATO PRÉVIO: Zaira DATA E HORA DA TRANSFERÊNCIA: _____ ÀS _____ H

HISTÓRIA CLÍNICA/EXAME CLÍNICO

PA: _____ FR: _____ FC: _____ TEMPERATURA: _____
Paciente vítima de acidente de motocicleta, referindo dor em
ombro direito. Movimento preservado, porém raios evidenciam
fratura de clavícula esquerda.

MEDICAÇÃO ADMINISTRADA/HORÁRIO

EXAMES REALIZADOS/RESULTADOS

Em anexos

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA – INDICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA

Fratura de clavícula esquerda

OBSERVAÇÕES:

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO:

Dra. Tália de Moura Sousa
CRM-PB 8923

ASSINATURA E CARIMBO DO ENFERMEIRO:

UPA 24 horas, Santa Rita –PB.



TRANSFERÊNCIA HOSPITALAR

NOME: Mauri Joaquim da Silva IDADE: 53 a
DESTINO: trauma DATA E HORA DA ADMISSÃO: _____ ÀS _____ H
CONTATO PRÉVIO: Zaira DATA E HORA DA TRANSFERÊNCIA: _____ ÀS _____ H

HISTÓRIA CLÍNICA/EXAME CLÍNICO

PA: _____ FR: _____ FC: _____ TEMPERATURA: _____
Paciente vítima de acidente de motocicleta, referindo dor em
ombro direito. Movimento preservado, porém maior evidência
fratura de clavicula esquerda.

MEDICAÇÃO ADMINISTRADA/HORÁRIO

EXAMES REALIZADOS/RESULTADOS

Em anexo

HIPÓTESE DIAGNÓSTICA – INDICAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA

Fratura de clavicula esquerda

OBSERVAÇÕES:

Dra. Tália de Moura Sousa
Médica
CRM-PB 8923

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO: _____
ASSINATURA E CARIMBO DO ENFERMEIRO: _____

UPA 24 horas, Santa Rita -PB.

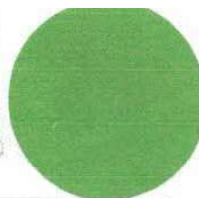




DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA SANTA RITA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
UPA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

OK

ABR 11 2018



Senha:

F.A.A. - FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

Nome: **64677 - MAURI JOAQUIM DA SILVA**

Sexo: M CNS: 898002733371942 Raça/Cor: PARDA

Mãe: MARIA JOSE VITAL

Complemento:

Bairro: CENTRO

Tel. Residencial:

Tel. Comercial:

Ocupação:

DADOS DA PRÉ CONSULTA

Informações da Recepção

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: (X) VERDE

DATA/HORA DA RECEPÇÃO: 14/11/2018 - 15:38:26

DATA/HORA DA PRÉ-CONSULTA: 14/11/2018 - 16:13:15

Prontuário Local:

Nº F.A.A.: 151474

DN: 21/03/1965

Idade: 53 Anos, 7 Meses e 24 Dias.

Etnia:

RG: 2.568.885

CPF: 416.719.294-20

Endereço: RUA PROFESSORA JOANA GOMES DA SILVEIRA - 90

Cidade: SANTA RITA

CEP: 58.302-415 UF: PB

Contato:

Celular: (83) 98892-8642

Paí: JERSON JOAQUIM DA SILVA

Informações da pré-consulta:

Acidente de moto com dor e edema no ombro direito

Medicamentos em uso:

Hipertensão: () Sim () Não Diabetes: () Sim () Não Cancer: () Sim () Não Pneumopatia: () Sim () Não

Transplantado: () Sim () Não Alergia: () Sim () Não Se Sim, Qual: Outros: () Sim () Não

Antecedentes Pessoais:

P.A. 152 X 86 mmHg Temperatura: °C Sat O2: % Glicemia Capilar: mg/dl Glasgow: 15 - CONSCIENTE

Pulso: 0 Freq. Respiratória: 0 Bpm Peso: Kg Altura: cm Dor: SEM DOR

Tipo Clínica: CLINICA MEDICA

Prof. Resp. pré-consulta: LIVIA MAIA RESENDE GUIMARAES

CRM/Número da Licença: 430878

DADOS CLÍNICOS

Acidente de moto há 24h apresentando dor no ombro direito
movimento do ombro limitado.

EXAMES

DIAGNÓSTICO

CID

PRESCRIÇÃO

DADOS DA SAÍDA

DATA E HORA: ____/____/____ - ____:____

() Alta () Alta a Pedido/A Revelia () Desistência () Repouso () Internação

() Encaminhado á

() Transferido para:

() Óbito até 24 horas () Óbito > 24hs () IML () SVO () D.O.Nº

Mauri Joaquim da Silva

Assinatura do Paciente/Responsável

Assinatura e Carimbo do Profissional

Atendente Responsável na Recepção:

HAYLLANDERSON WESLEY BARBOSA LEITE

Endereço: RUA PITIMBU, S/N, TIBIRI II, SANTA RITA - PB - Tel: 3217-5535

Usuário que imprimiu: HAYLLANDERSON.LEITE

Usuário que reimprimiu: LIVIA.GUIMARAES

Data: 14/11/2018

16:13:30

Pág: 1 de 1

Focus Desenvolvimento de Sistemas

Modelo 44



Assinado eletronicamente por: FLAVIANA DA SILVA CÂMARA - 24/04/2019 13:36:19

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19042413332921800000020194877

Número do documento: 19042413332921800000020194877

Num. 20762136 - Pág. 6

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DENATRAN

1 A C R E 0 0 4 4 7 0 1 N N S

Nº 014200754076

DETTRAN - PB
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

1 0014894191-5 00/00000000 2018

JOSE ANISIO DA SILVA FILHO

CPF / CNPJ 05173125497 NPT3316/PB

NOVO PB 9C2JC41109R510317

ESPECIE TIPO PAS/MOTOCICLETA/NAO APLIC

MARCA / MODELO HONDA / CG 125 FAN KS

CAP / POT / OL 2 P/124 /CI CATEGORIA PARTIC PRETA

COTA UNICA 00/00/0000 1º VENC. COTAS 2º

FAIXA LTV 0 PARCELAMENTO / COTAS 3º

PREMIO TARIFARIO (R\$) 0 IOF (R\$) 0 PREMIO TOTAL (R\$) 0

SEGURO P A G O 13/07/2018

SEM RESERVA DE DOMINIO OBRIGATORIO

BAYEUX-PB LOCAL 31/07/2018

17221 34584

PB Nº 014200754076 BILHETE DE SEGURO DPVAT

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA
www.seguradoralider.com.br
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO 2018 DATA EMISSÃO 31/07/2018

1 05173125497 NPT3316/PB

RENAVAM 00148941915 HONDA / CG 125 FAN KS

ANO FAB 2009 9 9C2JC41109R510317

PREMIO TARIFARIO 00000000

CUSTO DO BILHETE (R\$) 00000000

SEGURO P A G O 13/07/2018

SEGURO LÍDER - DPVAT

34584-1439397-20180731



CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 09833.01.2018.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 09833.01.2018.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 15:48 horas do dia 14 de dezembro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvea Neiva Almeida, matrícula 1560913, e lavrado por José Rodrigues da Silva Junior, Agente de Investigação, matrícula 1550888, ao final assinado, compareceu **Mauri Joaquim da Silva**, CPF nº 416.719.294-20, nacionalidade brasileira, estado civil viúvo(a), identidade de gênero masculino, profissão Motorista, filho(a) de Maria Jose Vital e Jerson Joaquim da Silva, natural de Recife/PE, nascido(a) em 20/03/1965 (53 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Joana Gomes da Silveira, Nº 90, bairro Centro, tendo como ponto de referência Casa, na cidade de Santa Rita/PB, telefone(s) para contato (83) 98892-8642.

Dados do(s) Fatos:

Local: Santa Rita, Sem Frente a Sincera, Santa Rita/PB, bairro Centro; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 14/11/18 15:00h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

E NOTIFICOU O SEGUINTE:

QUE NO DIA 14/11/2018, POR VOLTA DAS 15:00, ESTAVA GUIANDO A MOTOCICLETA HONDA FAN DE COR PRETA, ANO 2009, PLACA NPT-3316/PB, CHASSI 9C2JC41109R510317, PERTENCENTE AO SENHOR JOSE ANISIO DA SILVA FILHO, NO CENTRO DA CIDADE DE SANTA RITA/PB, QUANDO UM CAMINHÃO QUE VINHA NA MESMA AVENIDA, PORÉM EM SENTIDO OPOSTO FOI REALIZAR UMA ULTRAPASSAGEM POR OUTRO CAMINHÃO, NO MOMENTO EM QUE ESTE NOTIFICANTE VINHA E COMO OS CAMINHÕES ESTAVAM OCUPANDO OS DOIS SENTIDOS DA PISTA DE ROLAMENTO, ESTE NOTIFICANTE FOI OBRIGADO A PUXAR A MOTOCICLETA PARA A CALÇADA, VINDO A PERDER O CONTROLE DA MESMA E BATER CONTRA O MURO DE UMA RESIDENCIA; QUE ESTE NOTIFICANTE ENTÃO FOI SOCORRIDO POR PARTICULARES PARA A UPA DE SANTA RITA, ONDE FOI ATENDIDO E DIAGNOSTICADO COM FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA, CONFORME LAUDO DE ATENDIMENTO NA UPA ASSINADO PELA MÉDICA DRA. TÁLIA DE MOURA SOUSA CRM/PB 8923; QUE EVIDENCIADA A FRATURA, ESTE NOTIFICANTE FOI CONDUZIDO POR UMA AMBULÂNCIA DAQUELA UPA DE SANTA RITA PARA O HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA, ONDE FOI ATENDIDO E DIAGNOSTICADO COM FRATURA DE CLAVÍCULA DIREITA; QUE VEIO A ESTA DELEGACIA AFIM DE QUE O FATO FIQUE REGISTRADO.

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fé.

Procedimento Policial: 09833.01.2018.1.00.401

1/2





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

4ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

0803386-55.2019.8.15.2003

PROCEDIMENTO COMUM (7)

[SEGURO, SEGURO]

AUTOR: MAURI JOAQUIM DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DECISÃO

Cuida-se de ação de Cobrança de Seguro DPVAT, proposta por **Mauri Joaquim da Silva**, ajuizada nesta 4ª Vara Regional de Mangabeira da Comarca de João Pessoa em face da **Seguradora Líder dos Consórcios S/A**.

Nas demandas objetivando o recebimento do seguro DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: do local do acidente, do seu domicílio ou do domicílio do réu.

Acontece, porém, que de acordo com o Boletim de Ocorrência o acidente ocorreu na **cidade de Santa Rita/PB**; o promovente de acordo com o recente comprovante de residência (janeiro de 2019), reside na **cidade de Santa Rita/PB**; e a promovida fica localizada na **Rua Senador Dantas, na cidade do Rio de Janeiro - RJ**, os quais não se inserem na competência territorial do Foro Regional de Mangabeira, fixada pela Resolução nº 55 do TJPB, portanto, a presente demanda não poderia ter sido distribuída para esta vara.

É sabido que a competência, sendo absoluta, não pode ser prorrogada neste juízo que, funcionalmente, é absolutamente incompetente, motivo pelo qual deve ser examinada **ex officio**, pelo juiz.

Posto isso, **declaro a incompetência (absoluta) desta Unidade Judicial para processar e julgar o hodierno feito, determinando, por conseguinte, a imediata remessa à COMARCA DE SANTA RITA/PB para regular distribuição a uma de suas varas cíveis, mediante as cautelas legais.**

Dê ciência a parte autora, por meio de seu advogado e proceda com a redistribuição.



Cumpra com urgência – NESTA DATA.

João Pessoa, 25 de abril de 2019

Juiz (a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Mista de Santa Rita

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0803386-55.2019.8.15.2003

DESPACHO

Vistos, etc.

Inicialmente, haja vista o pedido de assistência judiciária gratuita, em análise ao que dispõe o art. 99, §2º, CPC, não há, neste momento, nos autos, elementos que indiquem de modo diverso à pretensão, desta forma, nos termos do art. 98, caput, CPC, DEFIRO O PEDIDO.

Nos termos do art. 238¹, CPC, **CITE-SE** a parte promovida, **com a contrafé e cópia deste despacho**, para no prazo de 15 dias, com o processo no estado em que se encontra, **informar sobre a possibilidade de transação em audiência de conciliação prévia e, caso positivo, REMETA-SE** ao CEJUSC para as providências devidas.

Do contrário, não havendo interesse em audiência de conciliação prévia, fica intimada a parte promovida para, **no mesmo prazo anterior**, oferecer defesa, nos termos do art. 335, III² c/c 231, I³, ambos do CPC, sob pena de decretação de revelia e produção destes efeitos.

Ademais, **ocorrendo a hipótese de desinteresse em audiência de conciliação prévia** em que a parte promovida opta pela apresentação da peça defensiva, conforme supra, nos termos do art. 465, caput⁴, CPC/2015 e em face do **CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO 015/2014 ENTRE O PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL E A PESSOA JURÍDICA REPRESENTANTE DO CONSÓRCIO DE SEGURADORAS** em razão de demandas dessa natureza, de antemão, **NOMEIO**, como perito(a) do Juízo, a(o) **Dr(a)**.

LUCIANO LEITE ROLIM MOREIRA

Endereço: Maria Eunice Guimarães Fernandes, 17, ap 502, Manaíra, João Pessoa/PB, 58038-480

Telefone: (83) 99631-2869 Email: luciano.lrm@hotmail.com



Deverá cumprir o encargo obedecendo as advertências do art. 466, caput⁵, CPC/2015, observando as determinações dos §§⁶1º e 2º, do mesmo dispositivo normativo, **ficando intimada a parte promovida** para, querendo, no mesmo ato, apresentar manifestação consoante art. 465⁷, §1º, I a III, CPC/2015, bem como recolher o valor dos honorários periciais, os quais arbitro em **R\$ 200,00 (duzentos reais)** e, ato contínuo, nesta mesma hipótese, **INTIME-SE a parte promovente** para, querendo, apresentar manifestação quanto aos mesmos termos, no mesmo prazo.

Escoado o prazo e recolhido o valor dos honorários periciais, **INTIME-SE PESSOALMENTE** a perita nomeada para dizer se aceita o encargo e, aceitando, designar o ato com prazo mínimo de 15 (quinze) dias, não excedente a 30 (trinta) dias, devendo entregar o laudo pericial no prazo de 05 (cinco) dias, após o exame.

Aceito o encargo e designado o dia, nos termos do art. 474⁸, CPC/2015, **INTIME-SE** as partes para realização do ato no dia, hora e local designados.

Ato contínuo, juntado o laudo nos autos, **INTIME-SE** as partes para, querendo, no prazo comum de 15 (quinze) dias, conforme art. 477, §1º⁹, CPC/2015, apresentar manifestações, informando sobre a possibilidade de transação em comum acordo e/ou indicar outras provas, sob pena de julgamento antecipado do feito, nos termos do art. 355, ¹⁰, CPC/2015.

Escoado o prazo à cima e não havendo impugnações, **EXPEÇA-SE ALVARÁ** à perita nomeada e **INTIME-SE** pessoalmente para levantamento, entregando-o(a) mediante recibo nos autos, bem como, **QUANTO AO FLUXO DO PROCEDIMENTO**, não havendo requerimento de audiência de conciliação ou de produção de outras provas, **CERTIFIQUE-SE** o decurso e faça-se **CONCLUSOS** para julgamento.

SANTA RITA, 31 de março de 2020

2ª Vara Mista de Santa Rita

Juiz(a) de Direito

¹(CPC/2015) Art. 238. Citação é o ato pelo qual são convocados o réu, o executado ou o interessado para integrar a relação processual.



[2](#)(CPC/2015) Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: (...) III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos.

[3](#)(CPC/2015) Art. 231. Salvo disposição em sentido diverso, considera-se dia do começo do prazo: I - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio;

[4](#)(CPC/2015) Art. 465. O juiz nomeará perito especializado no objeto da perícia e fixará de imediato o prazo para a entrega do laudo.

[5](#)(CPC/2015) Art. 466. O perito cumprirá escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso.

[6](#)(CPC/2015) Art. 466. § 1º Os assistentes técnicos são de confiança da parte e não estão sujeitos a impedimento ou suspeição. § 2º O perito deve assegurar aos assistentes das partes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames que realizar, com prévia comunicação, comprovada nos autos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

[7](#)(CPC/2015) Art. 465, §1º. I - arguir o impedimento ou a suspeição do perito, se for o caso; II - indicar assistente técnico; III - apresentar quesitos.

[8](#)(CPC/2015) Art. 474. As partes terão ciência da data e do local designados pelo juiz ou indicados pelo perito para ter início a produção da prova.

[9](#)(CPC/2015) Art. 477. § 1º As partes serão intimadas para, querendo, manifestar-se sobre o laudo do perito do juízo no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer.

[10](#)(CPC/2015) Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas;





ESTADO DA PARAÍBA

PODER JUDICIÁRIO

JUSTICA DE PRIMEIRA INSTANCIA

COMARCA DE SANTA RITA

CARTÓRIO DA 2ª VARA

CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO POR “AR”

PROCESSO Nº 0803386-55.2019.8.15.2003

NATUREZA: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: MAURI JOAQUIM DA SILVA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Prezado Senhor:

Representante Legal do SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5º ANDAR, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

Cumprindo determinação da MM Juíza de Direito da 2ª Vara da Comarca de Santa Rita – PB, **CITO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, por seu representante legal, para no prazo de 15 dias, com o processo no estado em que se encontra, informar sobre a possibilidade de transação em audiência de conciliação prévia e, caso positivo, o processo será remetido ao CEJUSC para as providências devidas.

Do contrário, não havendo interesse em audiência de conciliação prévia, fica intimada a parte promovida para, no mesmo prazo anterior, oferecer defesa, nos termos do art. 335, III c/c 231, I, ambos do CPC, sob pena de decretação de revelia e produção destes efeitos.

Segue em anexo cópias da Inicial e do Despacho. (*Links abaixo*)

31 de julho de 2020



Fernanda Huebra de Souza Leite

Técnica Judiciária

PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: **19042413331312600000020194863**

PARA VISUALIZAR A DECISÃO ACESSE O LINK: <https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>
NO CAMPO "Número do documento" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO: 20033121153313500000028461378

